

PONTO DE VISTA – NATUREZA NÃO É RECURSO*

POINT OF VIEW – NATURE IN NOT A RESOURCE

Alvair Silveira Torres Junior^{1*}

¹ Docente Doutor na Área Operações e Logística da FEA-USP

*Autor para correspondência: alvair@usp.br

RESUMO

O artigo argumenta a necessidade de revisar a utilização de palavras técnicas no ensino profissional, médio e universitário, cujos signos são carregados do peso histórico e do sentido instrumental de dominação e controle sobre a natureza e ser humano. O autor utiliza o caso da palavra “recurso” como uma chave para a compreensão de como se constroem imaginários e se conduzem ações profissionais de exploração e degradação a partir de expressões “recursos naturais” e “recursos humanos” utilizadas tecnicamente e, ao final, propõe sua substituição por um novo significante, cujo significado se alinha com o sentido de protagonismo, de acordo, de agente ou de agência, mais favorável ao novo imaginário no trato da natureza e do humano.

Palavras-chave: *Natureza; Meio-Ambiente; Controle; Recurso.*

ABSTRACT

The paper argues the need to review the use of technical words in professional, secondary and university education, whose signs are loaded with historical weight and the instrumental sense of domination and control over nature and the human being. The author uses the case of the word “resource” as a key to understanding how imaginaries are constructed and professional actions of exploitation and degradation are carried out based on expressions “natural resources” and “human resources” used technically and, in the end, proposes its replacement by a new word, whose meaning aligns with the sense of protagonism, agreement, agent or agency, more favorable to the new imaginary in dealing with nature and humanity.

Keywords: *Nature; Environment; Control; Resources.*

A mudança de sentido das palavras é um fenômeno social que une a linguística e a sociologia e provoca impactos nas tendências que animam as pessoas a trilhar suas vidas. O trabalho de Antoine Meillet (2016), no início do século XX, foi um dos pioneiros em demonstrar o fenômeno da mudança de sentido das palavras, utilizando exemplos da época nas línguas europeias. Neste processo, ora ocorre o objeto associado não ser mais representado pelo significante, ora as percepções evocadas passam a ser outras e necessitam de outro signo, outra representação no léxico. De forma geral, o que os estudos linguísticos da escola francesa apontavam é o fato que língua e mudança social caminham juntas e apresentam mútuas trocas e impactos de acordo com a evolução das culturas.

Essa constatação da Ciência Social apresenta direto interesse para a Educação e e em especial ao

* Os textos da seção Ponto de Vista são de responsabilidade do(s) autor(es) e não se referem ao ponto de vista da Revista Grad+ ou da Universidade de São Paulo.

que diz respeito às mudanças sociais e econômicas pelas quais o mundo atravessa neste início do século XXI. O presente artigo apresenta o ponto de vista da urgência em promover revisão na utilização de signos no ensino técnico, médio e universitário, analisando, na argumentação aqui exposta, o caso específico da utilização da palavra “recurso”, propondo substituí-la no emprego em que ela é habitualmente e formalmente ensinada, associada com a natureza e, também, com a humanidade, enquanto vocábulo com sentido instrumental de domínio e controle. Irei argumentar os motivos para propor novo significante substituto, que apresente significado na direção de protagonismo, de acordo, de agente ou de agência, como pretendo discorrer.

A palavra “recurso” é utilizada na esfera social com uma gama polissêmica, significando desde uma aptidão pessoal até um procedimento jurídico. Porém, é na esfera profissional de técnicas ligadas às atividades econômicas que ela ganha um sentido cuja percepção anima os decisores de organizações para seu emprego instrumental. Recurso ganha, neste ambiente, o sentido hegemônico de ser um meio que se pode dispor para atingir determinado fim. Esse sentido justaposto à natureza e à humanidade, os chamados recursos naturais e recursos humanos, gera a criação de imaginário de que natureza e pessoas são recursos à disposição, sem considerar as necessidades destes entes, porque eles são meios em disponibilidade, e não considerados entidades com dinâmicas ou fins próprios a serem alinhados com meus objetivos. Esse sentido clássico de meios à disposição para atingir fins particulares, é o sentido utilizado no ensino de Administração, Economia, Engenharia e demais áreas técnicas preparando jovens para uma sociedade em que não cabe mais a aceção recursal de controle, apenas para uso com critério exclusivo de objetivo pessoal ou de um grupo. Em que pesem os esforços de ensino e conscientização de outros sentidos, tais como uso sustentável dos recursos, uso consciente, uso socialmente responsável, uso inclusivo, e outros, o fato é que eles aparecem como adjetivações, sem mudar o núcleo do pensamento que irá animar uma ação prática, assim, de forma implícita e objetiva ainda não superam a barreira de pensamento sobre uma visão instrumental da natureza e do humano, fato que não cabe mais para a verdadeira emergência de uma nova economia. Elas ainda carregam um sentido fáustico que precisamos superar.

INTRODUÇÃO - A LINGUAGEM DE ASPIRAÇÃO FAUSTIANA

Fausto, na versão de Goethe (1986), personagem lendário cujo acordo sobrenatural com Mefistófeles visa alcançar o prazer supremo do conhecimento profundo e verdadeiro, redime-se ao final da narrativa, quando lúcido, encontra a consciência de que a sabedoria está na geração do conhecimento e sua utilização mediante o bem supremo da liberdade e da promoção do humano.

Sim! Da razão, isto é a suprema luz,
 A esse sentido, enfim, me entrego ardente:
 À liberdade e à vida só faz jus,
 Quem tem de conquistá-las diariamente
 E assim, passam em luta e em destemor,
 Criança, adulto, e ancião, seus anos de labor.
 Quisera eu ver tal povoamento novo,
 E em solo livre ver-me em meio a um livre povo
 (GOETHE, 1987, p.436)

Embora o propósito seja agora redentor, distinto daquele do início da relação de Fausto com Mefistófeles, estando agora livre de aspectos individualistas, egoístas e maléficos, Goethe retrata a aspiração e redenção faustiana de uma forma extremamente centrada no humano, deixando de lado a natureza. Sua construção filosófica está em acordo com o ambiente do século XVIII, refletindo o foco central do período histórico das Luzes sobre o potencial da realização humana, no qual a natureza surge

como recurso de emancipação livre e soberana dos homens, com o povo ocupando e trabalhando os espaços naturais. Os versos imediatamente anteriores à citação evidenciam esta perspectiva do iluminismo europeu da época

Do pé da serra forma um brejo o marco,
Toda a área conquistada infecta; drenar o apodrecido charco,
Seria isso a obra máxima, completa.
Espaço abro a milhões – lá a massa humana viva,
Se não segura, ao menos livre e ativa.
Fértil o campo, verde; homens, rebanhos,
Povoando, prósperos, os sítios ganhos,
Sob a colina que os sombreia e ampara,
Que a multidão, ativa-intrépida amontoara.
Paradisiáco agro, ao centro e ao pé;
La fora brame, então, até à beira a maré.
E, se para invadi-la à força, lambe a terra,
Comum esforço acode e a brecha aberta cerra.
(GOETHE, 1987, p.435)

A importância em recuperar estas passagens do Fausto de Goethe está na importância dessa obra clássica ocidental traduzida em vários idiomas, representada em teatro, ópera, aludida em pinturas, esculturas, enfim, no seu impacto sobre as artes e o imaginário de criadores e artistas e cientistas até os dias de hoje. Composto com outras formas de construção do imaginário ocidental, ela representa o conceito de que a natureza é um recurso natural, um fator de produção, algo a ser ocupado e utilizado para o bem-estar humano. Está ao nosso dispor para ser conquistada.

Embora não haja em Goethe, e outros autores da época, o sentido explícito de que essa utilização seja feita de forma predatória, também não há indicação explícita de que se deva ter algum cuidado nessa exploração, ou alguma parcimônia, ou outras considerações de preservação da natureza.

E assim seguiu o pensamento humanista ocidental por séculos, sedimentando no ensino da Ciência e da Técnica a questão chave e hegemônica da natureza como Recurso.

Toda cultura ocidental é permeada desta noção hegemônica do humano sobre a natureza de forma explícita ou implícita em seus rituais, símbolos e artefatos. Não há comunhão; há estímulo à separação, ao usufruto, caminhando para a exploração predatória perpetrada no capitalismo, como fenômeno social que se desgarrar de qualquer controle sobre os limites de utilização da natureza, na medida que o humano se declara livre para fazê-lo, distorcendo o sentido da liberdade e realizando leituras e interpretações particulares de passagens bíblicas, dando sentido religioso à ação de exploração do homem sobre o mundo.

A noção de cultura, em que pensamento e ação se entrelaçam mediadas por linguagem, símbolos e ritos, ela própria traz em si uma mudança de sentido ensejada pelo processo social e impactada pelo projeto fáustico de controle sobre a natureza. Originalmente cultura foi e ainda é empregada para designar a ação e processos de lavrar e cultivar a terra desenvolvendo uma plantação ou criação (EAGLETON, 2011, p. 45). Este processo incorre na acepção de que a cultura é um processo de controle do natural, dos instintos, quando o nômade que da natureza usufrui em seu flamar natural, passa agora estabelecer uma vida social organizada sob aspectos sedentários, de controle e utilização do lugar.

A cultura de controle da terra passa para uma cultura de controle do humano, evolui para cultura das cidades, da sua forma de ocupação construindo espaços em que se institui artefatos, ritos e símbolos vistos na evolução técnica da forma de ocupação. A geografia dos espaços é também uma geografia das ações humanas e seus objetos no território (SANTOS, 2008), e ao analisá-las, encontramos como elas se

dão de forma predatória na medida de sua cultura técnica a partir dos conceitos ensinados para o controle e utilização de recursos naturais e humanos. Basta olhar a ocupação de uma cidade como São Paulo e a ocupação de uma pequena vila rural ou de uma aldeia. Embora ambas possam ter em comum, sob o ponto de vista europeu- ocidental, o aspecto de controle sobre a terra, os segundos o fazem grau significativo de escuta à natureza, respeitando- a e considerando que algumas ações devam ser evitadas porque são ofensivas e, na leitura que aqui faço, se revestiriam de violência ao Ser.

CONTRA TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA – LINGUAGEM DE SENTIDO NÃO VIOLENTO

A história em busca de uma civilidade menos predatória entre seus semelhantes, tem nas Ciências e nas Artes as instituições com mais tentativas de estabelecer a relevância e a amplitude do humano. Embora em suas histórias tenham se dado abordagens com desvios segregacionistas e parciais, defendendo a hegemonia do humano sobre o natural, ou querendo definir até cientificamente alguns como mais humanos do que outros, arrisco em afirmar se não fosse o verdadeiro pensamento científico e artístico com seus permanentes questionamentos sobre os dogmas de cada época, ainda estaríamos com dificuldades em condenar a violência como meio ilegítimo dos cidadãos resolverem seus conflitos.

O contemporâneo evidentemente ainda não está livre da violência física. No pior dos exemplos atuais, Estados que a deveriam combater, praticam-na contra seus próprios cidadãos, contra o meio ambiente e contra outros Estados, na justificativa de combater um mal maior. Trata-se de ter consciência de uma eterna luta pela vigilância e busca civilizatória para assegurar às instituições os princípios da paz e respeito mútuo dos direitos de todo ser humano e do meio ambiente.

Defendo que nem as formas de democracia asseguram esse avanço e muito menos impedem o retrocesso. A vigilância pela democracia já se tornou o *leitmotiv* de várias publicações citando governos recentes afinados com a extrema direita como exemplos recentes de retrocessos que foram revertidos. Embora haja concordância entre os democratas quanto ao acerto desta recente mobilização contra a volta da tirania (SNYDER, 2019), o que quero chamar atenção é para o fato da democracia ser uma manifestação natural e direta a partir do alcance e promoção dos direitos humanos, devendo incluir os Direitos da Natureza e o Pacifismo, ambos como princípios gerais de governança das instituições a ser perseguido. Esse é o verdadeiro alvo, é a causa. A democracia, o efeito. Creio ser equivocada a mobilização que busca o efeito e não o elemento gerador: a violência do humano sobre a natureza incluindo a humanidade como parte dela.

Pautar a vigilância sobre todas as formas de violência com a observação crítica ampliada, permitiria identificar com mais clareza outras naturezas de violência que estão ocorrendo, incluindo aquelas que são gestadas a partir do ensino de conceitos que mantem o aspecto fáustico de controle de certos grupos sobre determinadas riquezas. É preciso renovar os caminhos do ensino com a incorporação do cuidado na linguagem técnica visando levar e manter a condição humana digna e pacífica a todos. Não devemos descuidar e baixar a guarda quando ouvimos alguns arautos do fim da história ou da certeza de prosperidade com novas tecnologias. Pinker (2019), para exemplificarmos com alguém que se reveste da condição de reconhecido cientista, no livro “O Novo Iluminismo”, afirma com base em uma série de estatísticas que a humanidade avançou para uma civilização com muito menos violência e a partir dela traça novas conquistas. Seu erro é privilegiar a violência física.

Hoje, além de mantermos um grau relevante de violência física nas sociedades, embora muito menor do que nos séculos passados, há o advento de uma violência psicológica de grande diversidade e impacto. O humano é alvo de violência psicológica em redes sociais, tanto dos contrários quanto da sua confraria, em empresas com a cultura do produtivismo, na ideologia da felicidade e da busca por ser melhor, chegando até à infância diante de pais cada vez mais ansiosos. O humano se ressentir dessa permanente pressão de todos os lados, a ponto de sentir-se mal com sua individualidade e, sem saber o porquê, mergu-

lha ainda mais em se distinguir dos outros humanos, na busca de uma identidade, acreditando ser esse o caminho do bem-estar.

A sociedade se fragmenta e sem um projeto de unidade pelo respeito à natureza humana que diz respeito a todos, não damos conta de outra violência ao humano, a violência à natureza, que consome nosso meio ambiente de subsistência e convívio. Interesses individuais e de grupos, somados aos ressentimentos guardados do passado impedem o entendimento de que a economia predatória, violenta contra a natureza e por consequência ao humano, deve dar espaço à economia verde com preservação da saúde planetária.

Os caminhos do humano estão com muitos guias, levando-nos ao labirinto, perdendo tempo e acirrando conflitos. É preciso um pensamento de norte verdadeiro, aquele que considere fazer o caminho através do debate das evidências da Ciência, não de um grupo ou cientista particular, através da busca, em primeiro lugar do respeito mútuo entre iguais, de luta sem revanchismo e ressentimentos contra todas as formas de violência humana: física, psicológica e ambiental.

A escolha de sentidos na linguagem tem seu papel nesta trilha não violenta e de preservação da relação saudável natureza-humanidade. Assim como se busca a disseminação da comunicação não-violenta no ensino básico e entre os jovens do ensino médio, em comunidades e associações, as palavras também precisam ser trabalhadas em seus sentidos que animam ações. Ainda que muitas delas não representem de imediato, na produção do diálogo, aspectos de violência primária, seu sentido pode estar vinculado com ações que estruturalmente resultarão em algum grau de violência, mesmo que de forma ambígua. Volto à palavra “recurso”, objeto da minha argumentação para exemplificar do que trato como grau de violência implícita no sentido que produz. Ela pode variar de um grau maior quando “recurso” é utilizado e provoca sentido de domínio e exploração, até um emprego mais brando quando “recurso” significa algo a ser buscado para termos à disposição como meio. Representam graus de violência porque não levam em conta em sua definição, no sentido original em que são empregadas, a necessidade daquele ou daquilo que se diz ser recurso, tampouco a capacidade de criação deste outro, violentando seu organismo constituinte. Assim, a natureza, e por consequência o humano que dela faz e sempre fez parte, é violentada quando a tratamos e ensinamos como recurso, principalmente em profissões que justamente exercerão em seu papel social decisões a respeito das relações humanas e humano-natureza, para as quais muitos socorrem visando remendar com adjetivos de sustentabilidade. Assim como a democracia mais plena é efeito de uma sociedade em que todos são agentes, o ponto de vista da minha argumentação é a proposição de levar essa agência para a linguagem, atingindo a linguagem técnica, selecionando os conceitos que carregam premissas de domínio e controle e criam essa externalidade negativa nas consciências de profissionais.

PROPOSTA - NATUREZA E HUMANIDADE COMO AGÊNCIA

Na primeira parte da minha argumentação resgatei a chamada aspiração faustiana representada pelo mito de Fausto na versão de Goethe, uma das expressões culturais mais significativas da cultura europeia, para retratar as inquietações da civilização na época da ascensão do Iluminismo, em busca do conhecimento e da técnica. As aspirações de domínio e controle sobre a natureza evoluíram para além das consequências positivas do progresso técnico e alcançaram seus limites, provocando efeitos destrutivos e degradantes sobre a natureza e os seres humanos à margem de proteções dadas pelos recursos financeiros. Estes sim verdadeiros recursos, porque deveriam ser meios para o fim de bem-estar de todo planeta.

Na sequência passei a ressaltar o aspecto formador das palavras na linguagem técnica escolhendo a palavra “recurso” como uma chave para a compreensão de como se constrói imaginários e se conduzem ações (BURKE, 1966; TORRES Jr., 2000), a partir do sentido que algumas palavras estimulam o fazer profissional, e que precisam ser resgatadas para repensarmos a centralidade delas no planejamento e prá-

tica do ensino.

Ao meu ver, no ensino superior a questão se reveste de maior gravidade porque embora haja esforços concentrados desde o ensino básico para incluir a diversidade, a inclusão e o respeito ao meio ambiente no discurso de formação, é no ensino superior de âmbito técnico, aplicado, instrumental que se dá a efetiva preparação de profissionais que ocuparão postos e papéis valorizados pelo mercado, em que o meio de ganhar a vida justificará o abandono, mesmo que parcial, dos novos conceitos produzidos com a discussão da sustentabilidade, sendo subjugados pelos conceitos anteriores, faustianos, ainda ganhando força os conceitos de “recursos”, “fatores de produção” para direcionar ações sobre a natureza. No ensino de Economia, Administração, Engenharia, Agronomia, e demais especialidades técnicas, é essa situação que ainda prepondera, formando pessoas que efetivamente irão ocupar cargos de decisão nas organizações privadas e públicas.

“Natureza não é Recurso”, essa é a frase que escolho para ilustrar meu ponto de vista e os argumentos aqui explanados. É preciso aprofundar este debate da linguagem técnica e seus sentidos implícitos, rever livros técnicos e didáticos, e buscar construir um outro sentido para nossa relação com a natureza. Natureza não é recurso, é protagonista. Natureza é agência, é agente.

No ensino de Administração ou Gestão de Empresas, o conceito de agência já é utilizado e ensinado naquilo que se conhece como Teoria da Agência e vem sendo utilizado em estudos e práticas de Governança Corporativa (EISENHARDT, 1989, p.58). A Teoria da Agência parte do fato de que o crescimento das organizações exige o estabelecimento de divisões entre proprietários do capital e agentes que tomam e controlam decisões a favor dos proprietários, de tal forma que os contratos passam a reger tais relações em que de um lado está o principal, o proprietário, e do outro, o agente, contratado para realizar certa atividade a favor do proprietário, tendo para isso o agente recebido certa autonomia para tomar decisões.

Essa teoria permitiu a aplicação prática em sistemas de governança, com o propósito da autonomia dada aos agentes não se afastar dos objetivos dos acionistas. Seu pressuposto, portanto, ainda é de uma visão utilitária e de controle (FREZATTI *et al.*, 2009), porque ainda vê na necessidade de dar autonomia e protagonismo ao agente, um risco latente aos objetivos do acionista. Por outro lado, reconhece que o outro tem capacidade de decisão e que precisa operar como protagonista para que o negócio tenha êxito. O Agente é aquele que produz efeito, e gerir algo como um agente é diferente de gerir algo como recurso. O primeiro conceito produz sentido de um acordo em certas bases, o segundo de dominação.

A proposta é alterar o conceito de recursos naturais e recursos humanos, migrando respectivamente para Agentes Naturais e Agência Humana. Ambos os conceitos devem passar a representar o novo sentido de acordo, de alinhamento entre a técnica e o agente, de respeito à autonomia e protagonismo do agente, que ainda, quero ser claro, terá certo grau de controle sobre si, mas também controlará aspectos sob sua dinâmica, afinal as bases dos modos de vida da sociedade pressupõem construir coisas, fazer trocas, atingir objetivos, a diferença é que tais objetivos não podem mais prescindir das necessidades dos agentes que também controlam através de sua dinâmica aspectos do empreendimento humano. Basta lembrar que a depender do clima, não se planta e não se colhe. Para não falar da própria vida. Quantos planos pessoais se alteram por circunstâncias das mudanças naturais pelas quais passamos (BULGÁKOV, 2018, p.62). A natureza é agente e controla nossos objetivos em dados aspectos. Natureza não é recurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de vista que aqui argumentei pretende contribuir para um impulso à discussão de ser necessário repensarmos o emprego de certas palavras no ensino técnico e profissional, médio e universitário, visando estabelecer um novo conjunto de palavras que animem ações de pesquisa e prática para efetivar os princípios do desenvolvimento de uma nova economia, sustentável e inclusiva, de novos padrões de comportamento frente à natureza. Afinal certas palavras técnicas carregadas de sentidos de

controle e dominação, ilustradas no exemplo de “recurso”, são os veículos do modo pensante hegemônico em sua tomada de decisão e de seus agentes. Uma outra estratégia possível a partir deste caminho proposto, é entender e aprender com os povos originários sua relação com a natureza (NEVES, 2022). Ao modo branco-europeu de pensar o mundo, este aprendizado pode ser iniciado com a mudança de alguns sentidos em que utilizamos a linguagem, e creio que estaríamos mais próximos do que os povos indígenas nos demonstram com suas ações, se trocássemos recurso por agência. Talvez possa vir a ser uma estratégia viável para aderirmos e absorvermos o conhecimento dos povos ancestrais, considerando que assimilar todo seu pensamento e cultura voltado à natureza me parece fora de questão realizar em curto ou médio prazo. Em certa medida, quando tomamos ciência das ações indígenas em diálogo com a natureza em seus rituais, pedindo permissão para dela obter seu sustento, é uma inspiração para dessa atitude nos aproximar, ensinando e aprendendo a natureza como agente, uma companheira para a vida e bem-estar da Humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BULGÁKOV, M. *O mestre e margarida*. São Paulo: Editora 34, 2018.

BURKE, K. *Language as symbolic action: essays on life, literature, and method*. Berkeley: University of California. Press, 1966.

EAGLETON, T. *A ideia de Cultura*, 2ª.ed. São Paulo: UNESP, 2011

EISENHARDT, K.M. Agency Theory: an assessment and review. *The Academy of Management Review*, v.14, n. 1, p. 57-74, Jan.1989.

FREZATTI, F.; ROCHA, W.; NASCIMENTO, A.R.; JUNQUEIRA, E. *Controle Gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico*. São Paulo: Atlas, 2009.

GOETHE, J.W. von. *Fausto / Goethe*;[EO1] tradução de Jenny Klabin Segall; 2. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

MEILLET, A. *Como as palavras mudam de sentido*. São Paulo: Edusp, 2016.

NEVES, E.G. *Sob os tempos do Equinócio – oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Edusp/UBU, 2022.

PINKER, S. *O Novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2008.

SNYDER, T. *Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TORRES JR., A.S. *Retórica das ações: o outro lado da Torre de Babel, a comunicação organizacional como drama de ações com significado*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, tese de doutorado, 2000.